



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 1 • nº 05 • 01 a 28/08/2004 • ISSN 1809-6182

Análises

20/08/2004 – Recentes decisões na Organização Mundial do Comércio sobre a questão agrícola e consequências para o Brasilp.01

Após os problemas da Reunião de Cancun, onde não se conseguiu avançar nas negociações de liberalização do comércio, novas decisões na OMC (Organização Mundial do Comércio), na área da Agricultura, demonstram que as negociações da Rodada do Milênio ainda podem evoluir.

26/08/2004 – Paz na Caxemira: será?p.03

Analisa-se o conflito entre Índia e Paquistão sobre a Caxemira, tendo em vista as recentes negociações de paz e a ação de grupos insurgentes.

Resenhas

12/08/2004 – Política israelense: a retirada de Gaza e a construção de uma barreira de separação na Cisjordâniap.05

Duas questões centrais caracterizam a atual conjuntura política israelense: as tentativas de Ariel Sharon no sentido de angariar apoio, no âmbito do parlamento israelense, ao plano de retirada de Gaza e as discussões em torno da legalidade da construção de uma barreira de separação entre Israel e a Cisjordânia, bem como da probabilidade de sucesso de tal empreitada em face de seu objetivo declarado: o controle da atuação de terroristas palestinos.

18/08/2004 – Programa Nuclear Iraniano pode ser levado ao Conselho de Segurança.....p.07

O Irã é Parte do Tratado de Não-Proliferação (NPT), todavia, crescentes suspeitas acerca de seu programa nuclear acenam para um possível endereçamento da questão ao Conselho de Segurança da ONU.

18/08/2004 – Referendo revogatório: vitória democrática na Venezuela? ..p.09

Malograram as tentativas da oposição de destituir o presidente venezuelano Hugo Chávez por meio de um referendo revogatório. O presidente proclama a vitória da democracia na Venezuela. Questiona-se, no entanto, em que medida o povo venezuelano tenha realmente saído vitorioso do processo.

20/08/2004 – Quebra do cessar fogo em Najaf.....p.11

Uma quebra do cessar fogo em Najaf contribui para a instabilidade do governo interino, pressiona um aumento do preço do petróleo e traz novamente à tona a questão da presença das tropas estadunidenses em território iraquiano.

26/08/2004 – Ariel Sharon X Likud: novos e antigos obstáculos à consecução do plano de retirada de Gazap.13

O Likud, partido do primeiro ministro israelense, rejeitou recentemente, em votação interna, a entrada na base governista do partido trabalhista, o qual apóia o plano unilateral de retirada dos 21 assentamentos israelenses na Faixa de Gaza e de 4 na Cisjordânia.

27/08/2004 – A Tensão Diplomática e a Construção de Novos Reatoresp.15

O Irã coloca-se novamente em foco após declarações sobre a opção do recurso à ação preemptiva e sobre a intenção de continuidade na construção de reatores nucleares com cooperação russa.

27/08/2004 – Impasses em Najaf: cessar fogo, até quando?p.17

A milícia do clérigo xiita Moqtada Al Sadr ataca helicóptero estadunidense quebrando um cessar fogo de quase dois meses. O impasse entre o governo interino iraquiano e os insurgentes permaneceu por duas semanas até que a intervenção do clérigo Ali Al Sistani parece ter posto um fim no confronto.

Recentes decisões na Organização Mundial do Comércio sobre a questão agrícola e consequências para o Brasil

Análise
Economia e Comércio

Vinícius Alvarenga
20 de agosto de 2004

Após os problemas da Reunião de Cancun, onde não se conseguiu avançar nas negociações de liberalização do comércio, novas decisões na OMC (Organização Mundial do Comércio), na área da Agricultura, demonstram que as negociações da Rodada do Milênio ainda podem evoluir.

A Reunião Ministerial de Cancun terminou sem atingir os objetivos programados. Naquela reunião as questões agrícolas e os temas de interesse dos países desenvolvidos (compras governamentais, investimento direto e facilitação do comércio) travaram as negociações e impediram que houvesse o consenso sobre os rumos da liberalização comercial, problema que já havia emperrado outras negociações. Agora a OMC tenta dar prosseguimento às ambições da Rodada do Milênio. As recentes decisões do Órgão de Solução de Controvérsias em questões agrícolas, contra as práticas consideradas distorcivas do comércio, e o novo acordo de Genebra, contribuem para o avanço da liberalização agrícola e das negociações como um todo.

O Órgão de Solução de Controvérsias da OMC decidiu recentemente a favor do Brasil contra os subsídios sobre o açúcar (da União Européia) e sobre o algodão (dos EUA). Essas decisões são uma boa notícia para países exportadores desses produtos, principalmente para o Brasil, que foi o demandante no contencioso. Isso pode ser considerado uma grande vitória para os países em desenvolvimento que há muito tempo vêm pressionando para a

eliminação das práticas distorcivas e uma maior liberalização agrícola. As resoluções dos painéis acerca das controvérsias devem ser acatadas e podem permitir que países lesados realizem retaliações como forma de indenização pelo prejuízo sofrido com as práticas julgadas ilegais.

Outro fator que pode ser considerado um ganho para os países em desenvolvimento é o acordo conseguido em Genebra, em uma Reunião da OMC no final do mês de Julho, no qual os países assinaram um compromisso de diminuir os subsídios agrícolas. Este talvez é um dos maiores avanços em questões de interesse de países em desenvolvimento nas negociações da OMC e significa um avanço nas pretensões da organização e uma maior possibilidade para tornar o comércio mais livre e equitativo. De acordo com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, a reunião de Genebra fortaleceu a posição do Brasil e do G-20 na organização. O compromisso da redução dos subsídios à exportação, para o Ministro, é considerado muito importante, devido à eliminação de cerca de US\$10 bilhões em subsídios e créditos para exportação além da redução na soma total dos subsídios distorcivos,



com um corte de 20% já no primeiro ano.

Alguns críticos dizem que programas agrícolas dos EUA e da União Européia oferecem cerca de US\$300 bilhões em subsídios aos agricultores desses países, os quais dificultam a competição com agricultores dos países mais pobres. Assim, as novas negociações podem ser consideradas muito satisfatórias para os países pobres. Subsídios agrícolas provocam um grande aumento da oferta e causam uma diminuição dos preços internacionais dos produtos subsidiados, o que contribui para empobrecer agricultores de países em desenvolvimento. Por isso, eliminá-los ou reduzi-los são objetivos de países como a Índia e o Brasil na OMC.

Para o Brasil, avanços nas negociações agrícolas como essas podem ser consideradas um salto em sua participação na OMC. Juntamente com o G-20, o país conseguiu evitar negociações de alguns temas que considerava inviáveis como compras governamentais, investimentos diretos e regras de concorrência, além de obter avanços significativos nos compromissos agrícolas, conseguindo alcançar um acordo histórico, que pode ainda facilitar as negociações paralelas com a União Européia e para a formação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Para o Brasil, maior exportador de alguns produtos agrícolas como grãos, suco de laranja, carne bovina, frango, açúcar e café, a liberalização agrícola é muito importante, pois o país passa a exportar mais, o que contribui para aumentar o saldo da balança comercial, aliviando a conta do Balanço de Pagamentos. As negociações comerciais internacionais são, dessa forma, uma extensão da política econômica do país, e a posição do Brasil nos fóruns de negociações multilaterais mostra-se pragmática e voltada aos interesses específicos da economia brasileira.

Referência

[OMC](#)

[WTO - Watch](#)

[Radiobras](#)

Ver também:

15/10/2003 - [Organização Mundial do Comércio e a Conferencia Ministerial de Cancun](#)

15/10/2003 - [Organização Mundial do Comércio: Possibilidades e Limites](#)

Paz na Caxemira: será?

Análise
Segurança

Bárbara Gomes Lamas
26 de agosto de 2004

Analisa-se o conflito entre Índia e Paquistão sobre a Caxemira, tendo em vista as recentes negociações de paz e a ação de grupos insurgentes.

Recomeçaram, no início de agosto de 2004, as negociações para prolongar o cessar-fogo na Caxemira, que está em vigor desde novembro do ano passado e tem dado razões para otimismo quanto à resolução do conflito. O conflito teve início ainda em 1947, quando as centenas de principados semi-autônomos espalhados pelo sub-contidente indiano tiveram de optar pela integração à Índia ou ao Paquistão, com a independência da região do domínio britânico. A anexação da área que hoje corresponde ao estado indiano de Jammu e Caxemira pela Índia contraria o Paquistão e dá início ao conflito, que resulta na divisão da área em duas partes, em 1949, uma para a Índia (Jammu e Caxemira) e outra para o Paquistão (Azad Caxemira).

Vale ressaltar que, ao contrário de diversos outros focos de tensão, o fator econômico, no caso do conflito em Jammur e Caxemira, é secundário. A região não possui abundantes recursos minerais ou reservas importantes de petróleo. A principal atividade econômica é a agricultura de subsistência – 80% da população é camponesa. No que diz respeito à indústria, a Caxemira é muito incipiente – as indústrias mais importantes são as de transformação (tecidos, alimentos, bebidas), em geral controladas pelo Estado (Índia, Paquistão ou China) e voltadas para o mercado interno, de baixo nível de renda, surgindo

assim o motivo da pouca envergadura da indústria na região. A região, no entanto, por sua posição geográfica peculiar e pelas características dos países que disputam seu controle, possui um significado geopolítico inegável. Cercada pela barreira natural dos Himalaias, o futuro da Caxemira depende, sem sombra de dúvida, do status das passagens das cordilheiras para o resto do território, na medida que estas possibilitam o acesso privilegiado de seus dominadores às regiões fronteiriças de países vizinhos. Ademais, 4 dos 5 rios do Paquistão têm origem no Vale de Caxemira – esse fato alimenta as reivindicações paquistanesas de forma constante.

Na década de 80, com o crescimento do fundamentalismo muçulmano, fortaleceu-se o movimento separatista na Caxemira indiana, que conta com o apoio do Paquistão. Seus integrantes querem a independência do território ou sua anexação ao Paquistão. O argumento utilizado para justificar reivindicações é o de que, sendo de maioria muçulmana, a Caxemira deve fazer parte do Paquistão, também muçulmano, como mencionado anteriormente. A Índia, por sua vez, alega ser um país laico, que aceita as diferenças religiosas. Os confrontos se intensificaram nos anos 90 motivados pelo radicalismo crescente dos guerrilheiros paquistaneses e, no lado indiano, pelo acirramento da repressão militar e do fundamentalismo hindu.



Em 1999 os dois países entraram em guerra, depois que militantes apoiados pelo Paquistão invadiram o território indiano, e depois em 2001, quando atacaram o parlamento da Índia. Em novembro de 2003, ambos chegaram ao acordo para estabelecer um cessar-fogo formal, depois que a Índia indicou intenções de agir na mesma direção. Sem dúvida estes foram movimentos importantes para se alcançar a paz na Caxemira, mas resta saber se o engajamento é real e duradouro.

Outro ponto importante para que a paz seja efetivamente estabelecida na Caxemira diz respeito ao controle de grupos insurgentes na região. Vários ataques têm sido perpetrados, e a ação contra-insurgência indiana também continua, de forma que diversas pessoas continuam sendo mortas e feridas. A questão, no entanto, é que o controle destes grupos não depende exclusivamente de acordos entre Estados. Estes podem, sim, comprometerem-se a não dar apoio aos insurgentes e a utilizar mecanismos coercitivos para reprimir suas ações, mas isto não é suficiente para garantir que os ataques sejam eliminados.

Sobre a Caxemira:

Heritage And Legacy, disponível em <http://hindubooks.org/KDAR/ch2.htm>

Kashmir is bleeding, disponível em. <http://www.bullatonsci.org/issues/1997/ma97/ma97oberoi.html>

Official Website of Azad Government of the State of Jammu & Kashmir, disponível em <http://www.klc.org.pk/>

Referência

[BBC News](#)

[CNN](#)

[International Crisis Group](#)

[The Economist](#)

[The New York Times](#)

Política israelense: a retirada de Gaza e a construção de uma barreira de separação na Cisjordânia

Resenha
Segurança

Layla Dawood
12 de agosto de 2004

Duas questões centrais caracterizam a atual conjuntura política israelense: as tentativas de Ariel Sharon no sentido de angariar apoio, no âmbito do parlamento israelense, ao plano de retirada de Gaza e as discussões em torno da legalidade da construção de uma barreira de separação entre Israel e a Cisjordânia, bem como da probabilidade de sucesso de tal empreitada em face de seu objetivo declarado: o controle da atuação de terroristas palestinos.

Desde a aprovação pelo gabinete ministerial de Ariel Sharon, em junho de 2004, do plano que prevê a retirada dos 21 assentamentos israelenses na Faixa de Gaza e de 4 destes na Cisjordânia, o referido primeiro ministro tem enfrentado desafios consideráveis à consecução de seu plano.

Este, a ser iniciado em 2005, estabelece que a retirada será realizada em 4 etapas, sendo que cada uma delas deverá ser aprovada pelo parlamento israelense, no qual Ariel Sharon já não conta mais com a maioria. Diante da rejeição ao plano por parte de muitos dos membros de seu próprio partido, o Likud, Ariel Sharon chegou a ameaçar a convocação de eleições antecipadas para a composição de um novo governo. No entanto, os esforços do primeiro ministro têm sido concentrados na formação de uma nova coalizão partidária que lhe proporcione uma base de apoio para a aprovação de cada uma das etapas de retirada.

O partido trabalhista, liderado por Shimon Peres, mostrou-se disposto a

compor a base governista de Ariel Sharon. Durante conversas entre os líderes dos dois partidos, os trabalhistas teriam apresentado algumas condições para sua participação no governo, a saber: aceleração do processo de retirada de Gaza e retomada das negociações com os palestinos. Acredita-se que parte dos membros do Likud opõe-se à entrada dos trabalhistas no governo, temendo, em especial, a perda de cargos ministeriais. Por requisição de 20% de seus membros, uma convenção partidária será realizada no âmbito do Likud no dia 18 de agosto para a discussão da aliança com o partido trabalhista.

Os esforços de ampliação da base governista não se restringiram ao partido trabalhista. Concomitantemente, Ariel Sharon teria iniciado negociações com dois partidos religiosos ultraortodoxos com vistas a sua entrada no gabinete ministerial. Contudo, tal manobra poderia implicar na retirada do partido laico Shinui da base governista, o que representaria a perda de 15 cadeiras

parlamentares.

No dia 25 de julho, foi formada uma “barreira humana” de 90 quilômetros de extensão entre as cidades de Nissait e Jerusalém, composta majoritariamente por colonos israelenses, em protesto à retirada de Gaza; ao que Ariel Sharon respondeu com a declaração de que Israel não poderia conservar todos os territórios ocupados desde a guerra de 1967.

Não menos polêmica que a retirada dos assentamentos israelenses na Faixa de Gaza tem sido a questão da construção de uma barreira entre Israel e a Cisjordânia por parte do governo israelense que justifica a obra como forma de contenção da entrada de terroristas palestinos em Israel através da Cisjordânia. A Corte Internacional de Justiça, máxima instância jurídica ligada à ONU, julgou a barreira contrária ao direito internacional, determinando que fosse encerrada a construção da mesma e que os palestinos por ela prejudicados fossem indenizados pelo governo israelense.

Tal decisão foi corroborada pela Assembleia Geral da ONU em resolução aprovada com 150 votos a favor, 6 contra e 10 abstenções. Contudo, a decisão da Corte Internacional de Justiça e a resolução da Assembleia da ONU não possuem caráter mandatório, ou seja, não têm o poder de impor a Israel o encerramento das obras. A única instância capaz de assim o fazer seria o Conselho de Segurança da ONU. Não obstante, os EUA, que possuem poder de veto naquela instância, já sinalizaram sua oposição a uma resolução que, segundo autoridades estadunidenses, violaria o direito do estado israelense de se defender da ameaça de terroristas palestinos.

As autoridades palestinas comemoraram o que consideram uma vitória diplomática, mas teriam afirmado que apenas introduziriam uma resolução contra a barreira israelense para votação do Conselho de Segurança após as eleições para a presidência dos EUA, em

novembro de 2004. Por seu turno, o governo israelense declarou que as obras não serão interrompidas, uma vez que a Suprema Corte Israelense já havia proferido decisão que determina a mudança da rota da barreira de modo a evitar danos causados a propriedades palestinas.

Referência

BBC News

<http://www.bbc.com>

Folha de São Paulo Online

<http://www.folhaonline.com>

New York Times

<http://www.nytimes.com>

Programa Nuclear Iraniano pode ser levado ao Conselho de Segurança

Resenha
Segurança

Camila Penna
18 de agosto de 2004

O Irã é Parte do Tratado de Não-Proliferação (NPT), todavia, crescentes suspeitas acerca de seu programa nuclear acenam para um possível endereçamento da questão ao Conselho de Segurança da ONU.

Teerã anunciou, no dia 27 de Julho de 2004, a retomada da construção de partes de centrífugas para enriquecimento de urânio – e o urânio enriquecido acima de 36% pode ser usado tanto como fonte de energia como para armas nucleares. A retomada dessa atividade – a qual havia sido suspendida por Teerã em fevereiro deste ano como resultado de um acordo com Grã-Bretanha, Alemanha e França (EU-3) – aumentou a desconfiança internacional em relação ao programa nuclear iraniano.

O programa nuclear do Irã e sua conformidade com o TPN (Tratado de Não-Proliferação) têm sido endereçados com grande preocupação pela AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) desde agosto de 2002, quando Alireza Jafarzadeh – exilado e ex-porta voz do Conselho Nacional de Resistência do Irã – reportou à Agência que o Irã estava escondendo uma grande planta de enriquecimento de urânio na facilidade de Natanz, ao sul do país. Após a denúncia, Teerã admitiu haver realizado atividades de enriquecimento não declaradas à Agência entre 1988 a 1993 e admitiu ainda ter adquirido materiais e equipamentos também não declarados.

Em outubro de 2003, contudo, o Irã concordou, sob pressão internacional e

por meio de um acordo com o EU-3, em suspender suas atividades de enriquecimento de urânio. Em fevereiro de 2004 esse acordo foi estendido para a suspensão de todas as atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio – incluindo-se a manufatura de partes de centrífugass. Os três países europeus deveriam, por sua vez, ajudar a trazer a um fim à questão do programa nuclear iraniano na AIEA e ajudar o Irã a obter tecnologia nuclear avançada.

Todavia, em setembro deste ano, na última reunião do Conselho de Diretores da AIEA, o EU-3 apresentou uma resolução reprovando fortemente o Irã por sua “cooperação menos que satisfatória” com a investigação da Agência. Segundo a resolução duas questões proeminentes ainda deveriam ser resolvidas, a saber: a origem da contaminação com urânio enriquecido (HEU) em algumas facilidades e a natureza e escopo dos programas de centrífuga P-2 – que não haviam sido declaradas no relatório de outubro de 2003, pelo Irã, que só reconheceu sua aquisição, bem como a condução de testes, em janeiro de 2004, após inquérito da agência.

A recente retomada da construção de partes das centrífugas é, segundo Teerã, uma resposta à falha na cooperação por

parte dos países europeus, que não ajudaram a por um fim à questão na Agência. Com efeito, o Ministro das Relações Exteriores do Irã, Kamal Kharazi, declarou: “Durante a reunião em Bruxelas, em fevereiro, decidimos expandir essa suspensão para a manufatura de partes das centrífugas. Mas já que os europeus falharam em honrar seus compromissos nós podemos manufaturar partes das centrífugas. E nós começamos a manufaturar partes de centrífugas”. Kharazi ressalva, entretanto, que o Irã não havia retomado as atividades de enriquecimento nas centrífugas.

Em uma tentativa de salvaguardar o que havia sido acordado antes, diplomatas dos três países europeus reuniram-se, nos dias 29 e 30 de agosto com autoridades iranianas em Paris. Não obstante a tentativa do EU-3 de lidar diretamente com Irã e tentar resolver o problema antes da reunião do Conselho de Diretores da AIEA em setembro, a negociação não logrou nenhum progresso substancial. Segundo alguns diplomatas europeus que participaram das conversas, o Irã apresentou uma lista de demandas a serem atendidas pelos três países que configuravam pontos inegociáveis. Entre eles um acordo através do qual o EU-3 deveria atender aos requerimentos iranianos de armas convencionais e deveria remover os impedimentos – as presentes sanções – que previnem o Irã de ter acesso à tecnologia nuclear. Em contrapartida, o EU-3 queria que o Irã abandonasse seu programa de enriquecimento por completo, enquanto Teerã entende a suspensão como uma medida temporária e sustenta seu direito de enriquecer urânio segundo as provisões do TNP.

Os últimos acontecimentos foram acompanhados por um recrudescimento das posições dos Estados Unidos e de Israel. O Secretario de Estado Norte-americano Colin Powell disse na semana passada que “cada vez é mais e mais provável que o Irã será referido ao

Conselho de Segurança”, como um prelúdio para sanções, que já existem unilateralmente, mas não de caráter multilateral, via Conselho de Segurança da ONU. Israel, por sua vez, se prepara militarmente para um possível ataque preemptivo às facilidades nucleares Iranianas, como declararam oficiais israelenses. Israel afirmou que estaria pronto para atacar caso a Rússia não parasse de suprir o Irã com material para enriquecimento de urânio. Israel possui armas nucleares e não é parte do regime de não-proliferação.

Em resposta aos exercícios militares e declarações israelenses o Irã realizou, no começo da semana, testes de campo com a mais nova versão do míssil balístico de médio alcance Shahab-3 que pode alcançar Israel. A eleição do novo parlamento iraniano de maioria conservadora pode dificultar ainda mais o diálogo com os países do ocidente, posto que as alas mais conservadoras do Irã têm políticas claras de defesa nacional e de segurança que envolvem a aquisição de uma bomba nuclear, caso necessário.

Para a questão ser levada ao Conselho de Segurança a AIEA deve declarar que o Irã está violando o TNP. Para tanto, é necessária uma resolução do Conselho de Diretores da AIEA, formado por 35 países, que contenha os mecanismos que acionem o Conselho de Segurança. A próxima reunião do Conselho de Diretores será 13 de setembro

Referência

[BBC](#)

[IAEA](#)

[The New York Times](#)

[ONU](#)

Referendo revogatório: vitória democrática na Venezuela?

Resenha
Segurança

Layla Dawood
18 de agosto de 2004

Malograram as tentativas da oposição de destituir o presidente venezuelano Hugo Chávez por meio de um referendo revogatório. O presidente proclama a vitória da democracia na Venezuela. Questiona-se, no entanto, em que medida o povo venezuelano tenha realmente saído vitorioso do processo.

Conforme anunciado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), em junho de 2004, realizou-se um referendo revogatório do mandato do presidente Hugo Chávez a 15 de agosto do ano corrente. A “Constituição da República Bolivariana da Venezuela” prevê a possibilidade de destituição de funcionários públicos eleitos por meio da convocação de referendos populares. Após inúmeras tentativas frustradas, a oposição angariou o número de assinaturas necessárias à validação da petição revogatória por parte do CNE.

Não obstante, os opositores temiam a protelação da data do referendo, uma vez que, na hipótese de que lograssem a destituição de Hugo Chávez após o exercício de mais da metade de seu mandato, ou seja, depois de 19 de agosto de 2004, novas eleições não poderiam ser imediatamente convocadas. Assumiria, então, o vice-presidente José Vicente Rangel, que, provavelmente, daria continuidade às diretrizes governamentais de seu predecessor, permanecendo no cargo até 2006.

Além disso, mesmo que a destituição ocorresse antes de 19 de agosto, não estava clara a constitucionalidade da re-

candidatura de Hugo Chávez nas eleições presidenciais subsequentes. Uma vez a cargo do Supremo Tribunal venezuelano a decisão quanto à constitucionalidade da re-candidatura, era provável que seus juízes, majoritariamente nomeados no curso do mandato do atual presidente, decidissem a favor da mesma, o que poderia resultar na destituição seguida de um rápido retorno do presidente, esvaziando de sentido o próprio referendo.

A tão temida protelação não ocorreu, sendo o referendo realizado exatamente na data prevista. Assistiu-se, entretanto, a uma expressiva vitória do atual presidente que obteve cerca de 58% de aprovação. Participaram dos procedimentos do referendo observadores internacionais tais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Centro Carter (fundado pelo ex-presidente estadunidense Jimmy Carter). A atuação deste último, em especial, o qual seria financiado, em grande medida, pelo governo estadunidense, causou indignação entre “chavistas”, que questionaram a legitimidade de tal instituição, enquanto observadora, face às suspeitas de que a atual administração estadunidense teria insuflado e financiado

o movimento oposicionista na Venezuela.

A contrário senso, denúncias de fraude governamental foram minadas pelas declarações dos observadores internacionais atestando a lisura do procedimento eleitoral, o que parece haver compelido o reconhecimento internacional do caráter democrático do atual governo venezuelano. No entanto, Jennifer McCoy, pesquisadora e representante do Centro Carter na Venezuela, ressalta o fenômeno do surgimento de “democracias híbridas” ou de “formas mais sutis de autoritarismo” maquiadas por procedimentos eleitorais, tendo, em março de 2000, qualificado o governo de Hugo Chávez como representante deste fenômeno.

A oposição acusa o governo de haver ameaçado funcionários públicos que haviam assinado a petição revogatória com a perda de garantias concedidas no curso da atual administração. Além disso, denuncia que inúmeros assinantes da petição tiveram seu local de votação transferido nas últimas horas que antecederam o referendo. Em contrapartida, os partidários do atual presidente venezuelano acusam os EUA de questionarem o caráter democrático de seu governo como forma de retirarem do poder um governante cujas políticas se opõem aos interesses econômicos estadunidenses.

Hugo Chávez elegeu-se sob a promessa de melhor distribuir os lucros advindos da indústria petrolífera venezuelana, minimizando os impactos sociais das reformas ditas neo-liberais levadas a cabo pelos membros dos dois partidos previamente alternantes no poder: Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política e Eleitoral Independente (COPEI). No entanto, dada sua dificuldade de aumento da escala de produção, há dúvidas quanto à capacidade de sustentação do duplo encargo imposto às receitas da empresa estatal PDVA, as quais se destinam a

financiar políticas públicas governamentais de cunho social e a garantir preços mais baixos para a gasolina em âmbito nacional. Além disso, a rápida diminuição do setor privado venezuelano, principalmente no que se refere à construção civil, provocou o aumento dos níveis de desemprego. Verificou-se, ainda, em 2003 uma queda no crescimento do PIB real de 20% naquele país.

Assim, a despeito de questionamentos quanto ao caráter democrático ou não do governo venezuelano ou das reais intenções estadunidenses (ligadas ou não a assegurar seu acesso às reservas de petróleo venezuelanas), o resultado do referendo parece ter sido determinado, tal como o das demais eleições ganhas por Hugo Chávez, pelas condições de miséria às quais a maioria dos venezuelanos encontra-se submetida e pela esperança de mudança ainda depositada no atual presidente.

Referência

[AEI](#)

[Crisisweb](#)

[CSIS](#)

[Folha de São Paulo](#)

[The New York Times](#)

[Venezuela Analysis](#)

Ver Também:

17/06/2004 - [Hugo Chávez submetido a referendo revogatório](#)

29/04/2004 - [Eua e Venezuela: Relações Conflitivas](#)

Quebra do cessar fogo em Najaf

Resenha
Segurança

Jéssica Naime
20 de agosto de 2004

Uma quebra do cessar fogo em Najaf contribui para a instabilidade do governo interino, pressiona um aumento do preço do petróleo e traz novamente à tona a questão da presença das tropas estadunidenses em território iraquiano.

Na quinta-feira, 05 de agosto, seguidores do líder xiita Moqtada Al Sadr atacaram um helicóptero da coalizão estadunidense após cerca de dois meses de cessar fogo. Paralelamente, a prisão de quatro rebeldes xiitas pelas forças de ocupação britânicas culminou na declaração de “guerra santa” contra a coalizão. Os ataques são tidos como um dos mais violentos desde o fim da Guerra que depôs o governo de Saddam Hussein.

Frente à pressão causada pela retomada dos ataques, o presidente dos Estados Unidos, George Bush, se recusou a divulgar um calendário da retirada das tropas da região, cuja presença afirma ser “necessária para a manutenção da ordem e reconstrução democrática do país”.

A onda de violência continua por outras partes do país. Em Nassiriah, os escritórios do partido político do presidente interino do Iraque, Iyad Allawi foram incendiados após sua visita à Najaf. Em Bagdá o governo iraquiano instaurou um toque de recolher por causa dos combates entre a milícia de Al Sadr e tropas da coalizão e iraquianas. A cidade de Baquba também foi atingida por um carro-bomba, ferindo civis.

Na segunda-feira, 09 de agosto, a Companhia Estatal *Southern Oil Company*, instalada em Basra, sul do Iraque, suspendeu a produção de petróleo após

ameaça de Al Sadr. Somada à expectativa de aumento da taxa de juros básica definida pelo FED – Banco Central dos EUA, o barril de petróleo foi cotado a US\$44,84 em Nova York.

Na terça-feira, 10 de agosto, após seis dias seguidos de ataques, o exército estadunidense pediu aos moradores da zona de combate em Najaf que abandonassem a área com a declaração de não haver trégua na cidade. A ofensiva à milícia do líder xiita foi intensificada: soldados das forças da coalizão atacaram pontos de resistência dos rebeldes.

Concomitante às hostilidades, iraquianos foram às ruas de Nassiriah e protestaram contra o governo de Allawi, pedindo sua retirada e alegando que este estaria ligado aos interesses do governo dos Estados Unidos. Tal fato pode ter provocado uma quebra dentro do governo iraquiano: o vice-presidente Ibrahim Al Jaafari pediu uma retirada das tropas estadunidenses de Najaf, de forma a pacificar a cidade. Ele ressaltou a importância da cidade para os xiitas, considerada território sagrado.

Desconsiderando os apelos do vice-presidente, o exército da coalizão iniciou um forte esquema militar para contenção dos ataques da milícia xiita, com a ocupação de tanques e a presença de fuzileiros navais em Najaf. Na quinta-feira, oitavo dia após a retomada do



conflito, oficiais estadunidenses atacaram a cada de Al Sadr, que apareceu dias depois com a mão enfaixada e reafirmando sua “guerra santa”. O líder fez um apelo à população para que se unisse na guerra contra os Estados Unidos.

Em 13 de agosto, milhares de iraquianos foram às ruas de Bagdá para manifestarem seu apoio a Al Sadr. No mesmo dia, o líder xiita apresentou um relatório onde impunha condições para a negociação de um cessar fogo. Ele afirmou que somente retiraria sua milícia da cidade se o mesmo fizesse as tropas de segurança estadunidenses e que dessem garantias de que seus combatentes também participem do novo governo implantado. Pediu também a libertação e anistia de soldados de sua milícia capturados durante os combates.

Nesse mesmo dia o barril de petróleo atinge US\$46,58. Além do conflito em Najaf ser gerador de incertezas acerca da produção de petróleo, um aumento da demanda da China, aliado à explosão de uma refinaria no estado de Indiana - EUA e as conturbações políticas na Venezuela fizeram o preço do combustível aumentar 2,37%.

A constante instabilidade política e a onda de violência no Iraque continuaram a contribuir para um aumento nos preços do petróleo. Na quarta-feira, 18 de agosto, tem-se novo recorde, atingindo o patamar dos US\$47,27 o barril.

Em meio a ataques e retaliações, o governo interino iraquiano lança um ultimato à Moqtada Al Sadr exigindo o desarmamento da milícia e sua retirada da mesquita do imã Ali. Como forma de coerção, aviões das forças estadunidenses atacaram os focos de ocupação, bombardeando grande parte da cidade de Najaf. Embora, Al Sadr ainda não se pronunciou oficialmente sobre o ultimato do presidente Allawi, um ataque de morteiros lançados contra uma delegacia iraquiana demonstra a resistência dos

xiitas.

Referência

[Folha de São Paulo](#)

Ariel Sharon X Likud: novos e antigos obstáculos à consecução do plano de retirada de Gaza

Resenha
Segurança / Integração Regional

Layla Dawood
26 de agosto de 2004

O Likud, partido do primeiro ministro israelense, rejeitou recentemente, em votação interna, a entrada na base governista do partido trabalhista, o qual apóia o plano unilateral de retirada dos 21 assentamentos israelenses na Faixa de Gaza e de 4 na Cisjordânia.

No dia 18 de agosto, o primeiro ministro israelense Ariel Sharon vivenciou, mais uma vez, momentos difíceis no âmbito de seu partido, o Likud. Alguns de seus correligionários, contrários ao plano de retirada dos assentamentos israelenses na Faixa de Gaza, convocaram uma reunião partidária com o intuito de discutir a formação de uma coalizão entre o Likud e o partido trabalhista. Cerca de 58% dos membros do Likud rejeitaram a coalizão. Face ao resultado da referida votação, foi posta em discussão uma moção alternativa que conferiria ao primeiro ministro liberdade para a negociação com quaisquer partidos sionistas, a qual tampouco obteve aprovação.

Ariel Sharon enfrentou situação semelhante em maio de 2004, quando seu plano de retirada da Faixa de Gaza foi rejeitado em votação interna ao Likud. Embora o gabinete ministerial tenha, posteriormente, aprovado o plano, o primeiro ministro perdeu a maioria parlamentar em função da demissão ou da renúncia de alguns membros contrários à retirada. Desde então, vem empreendendo

esforços para a formação de uma coalizão partidária que lhe confira o apoio necessário para o efetivo desmantelamento dos assentamentos. A completa retirada de Gaza, e de mais 4 assentamentos na Cisjordânia, deverá ser realizada em 4 etapas, as quais necessitam de aprovação por parte do parlamento israelense, o que explica a busca de Ariel Sharon por apoio entre parlamentares de outros partidos, uma vez que a maioria dos membros do Likud é contrária à retirada e muitos a consideram uma concessão ao terrorismo palestino.

O partido trabalhista mostrou-se favorável ao plano de retirada, afirmando que este contribuiria para a solução do conflito árabe-israelense, e disposto à formação de um governo de unidade nacional. Contudo, diante da rejeição do Likud à aliança entre os dois partidos, Shimon Peres, líder do partido trabalhista, declarou acreditar que o melhor seria a convocação de novas eleições, evitando, assim, que a vontade de uma minoria ("rebeldes do Likud", a seu ver) se sobrepusesse à da maioria da população israelense, a qual apóia a retirada.



No entanto, assim como a rejeição do plano pelo Likud não impediu que Ariel Sharon o submetesse à votação no âmbito do parlamento israelense, o primeiro ministro provavelmente prosseguirá em suas tentativas de angariar apoio entre parlamentares de partidos diversos, tendo este proferido declarações nesse sentido.

No dia 23 de agosto, o governo israelense aprovou a construção de 300 casas em assentamentos na Cisjordânia, sendo que alguns dias antes 1.000 já haviam sido aprovadas. Analistas interpretam a expansão do número de casas em assentamentos da Cisjordânia como uma tentativa do primeiro ministro israelense no sentido de conter críticas, advindas de seus correligionários, relacionadas à retirada unilateral de Gaza.

O plano de paz de autoria do chamado Quarteto – composto por EUA, Rússia, União Européia e ONU – previa o congelamento de qualquer expansão nos assentamentos. Os EUA são acusados de terem mudado sua posição, passando a reconhecer a legitimidade do “crescimento natural” dos assentamentos. No entanto, oficialmente, as autoridades estadunidenses negaram qualquer mudança de posicionamento, afirmando que houve somente o acerto da interpretação de ambigüidades nos termos do plano de paz, o qual prevê o congelamento de “atividades nos assentamentos”, sendo que, desde que não houvesse alteração nos atuais limites dos mesmos, a construção de novas casas seria legítima.

Analistas internacionais, tais como Jon Alterman, membro do Center for Strategic and International Studies, acusam o presidente George W. Bush de conceder apoio incondicional a Israel como forma de não desagradar a população judia estadunidense às vésperas das eleições presidenciais naquele país. Por outro lado, há quem sustente que o apoio dos EUA a Ariel Sharon evidencia a tentativa das

autoridades estadunidenses de evitar seu maior enfraquecimento político e viabilizar a continuidade dos processos de solução do conflito árabe-israelense. Nesse sentido, a atual administração estadunidense consideraria, na atualidade, as iniciativas unilaterais lideradas por Ariel Sharon o melhor meio de conter o aumento da instabilidade na região.

Referência

www.bbc.co.uk

www.reuters.com

www.jerusalempost.com

A Tensão Diplomática e a Construção de Novos Reatores

Resenha
Segurança / Integração Regional

Camila Penna
27 de agosto de 2004

O Irã coloca-se novamente em foco após declarações sobre a opção do recurso à ação preemptiva e sobre a intenção de continuidade na construção de reatores nucleares com cooperação russa .

O Ministro da Defesa do Irã, Ali Shamkhani, disse em uma entrevista para a rede de televisão Al Jazeera, no dia 18 de agosto: “não iremos sentar e esperar pelo que os outros farão conosco, alguns comandantes militares estão convencidos de que qualquer nação ao se sentir ameaçada, pode recorrer às operações preemptivas”. Essa afirmação foi feita em resposta a uma pergunta sobre a possibilidade de um ataque americano e israelense aos projetos nucleares iranianos.

A especulação acerca de um possível ataque israelense às facilidades nucleares iranianas, e que se deve em grande parte à remissão ao ataque do reator nuclear iraquiano de Osirak em 1981, resultou em um recrudescimento das declarações dos representantes iranianos. Com efeito, o comandante Mohammad Baqer Zolqadr, da Guarda Revolucionária, avisou que o Irã destruirá a facilidade israelense de Dimona caso Israel ataque os reatores iranianos. Nessa facilidade, localizada no deserto de Negev, Israel produz, alegadamente, plutônio enriquecido – a níveis que podem ser utilizados em armas¹ – para suas, aproximadamente, 100

ogivas.

A escalada da tensão diplomática é acompanhada pela condução efetiva de testes militares em ambos os países. Teerã conduziu na mesma semana o que chamou de “teste bem sucedido” da versão mais atualizada do míssil de médio alcance Shahab-3². Israel, por sua vez, havia testado no mês passado uma versão atualizada de seu sistema antimíssil Arrow II, com o objetivo de aparar um golpe por parte do Irã.

Segundo analistas, é menos provável que Israel repita no Irã o que fez com o reator iraquiano em 1981. Isso se deve a dois fatores - à dispersão das facilidades nucleares iranianas, ao longo de todo o território - até mesmo em localidades subterrâneas -, e á improbabilidade de que Israel aja unilateralmente sem o aval norte-americano.

O Irã declarou também, dia 22 de Agosto, que haverá um atraso na construção de seu primeiro reator nuclear, Bushier, ao sul do país. Previsto para entrar em funcionamento ao final de 2003, o reator que está sendo construído com cooperação russa só se tornará

¹ Weapon-Grade Plutonium

² Tem alcance de 1.296 quilômetros. Israel está a cerca de 965km do Ira.

operacional em Outubro de 2006, com um custo final, estima-se, superior a US\$ 1 bilhão. Apesar das críticas, notadamente por parte de Estados Unidos e Israel, a cooperação russa com o programa nuclear iraniano, o chefe da Organização de Energia Atômica do Irã, Assadollah Sabouri, declarou “Nós temos contratos com a Rússia para a construção de mais reatores nucleares. Nenhum número foi especificado, mas definitivamente, o nosso contrato com a Rússia é de construção de mais de uma planta”.

O Irã começou a construir o reator de Bushier com a ajuda da Alemanha Ocidental antes de 1979. Contudo, a construção parou por causa da Revolução e, posteriormente, da Guerra contra o Iraque. Todavia, apesar da não-declaração pública de Moscou, desde 2002 a Rússia tem planos de cooperação com Teerã para a construção de mais cinco reatores em 10 anos.

Em que pese as declarações de Teerã de que a cooperação tem vistas a aumentar o potencial energético do país, o problema se dá quando da necessidade de recebimento de combustível para os reatores. O Irã declarou que precisará receber, da Rússia, combustível para os reatores, mas o combustível utilizado pode ser reaproveitado e enriquecido a níveis suficientes para utilização em bombas, o que gera uma preocupação por parte dos outros países.

Embora o Irã tenha concordado, dentro de um prazo, retornar o combustível utilizado à Rússia, o próprio fato de que o país tem planos de, no futuro, produzir seu próprio combustível – nomeadamente através do enriquecimento – e que a cooperação russa irá ajudar, gera preocupação e reprovação por parte dos outros países.

Referência

[Al Jazeera](#)

[Associated Press](#)

[Folha Online](#)

[IAEA](#)

[Nuclearno](#)

[Reuters](#)

[The New York Times](#)

[The Washington Post](#)

[UN Wire](#)

Impasses em Najaf: cessar fogo, até quando?

Resenha
Segurança

Jéssica Naime
27 de agosto de 2004

A milícia do clérigo xiita Moqtada Al Sadr ataca helicóptero estadunidense quebrando um cessar fogo de quase dois meses. O impasse entre o governo interino iraquiano e os insurgentes permaneceu por duas semanas até que a intervenção do clérigo Ali Al Sistani parece ter posto um fim no confronto.

Na quinta-feira, 05 de agosto, seguidores do líder xiita Moqtada Al Sadr atacaram um helicóptero da coalizão estadunidense em Najaf após cerca de dois meses de cessar fogo. Desde então o conflito tem se intensificado, principalmente frente às dificuldades de negociação.

A milícia xiita ocupou algumas áreas da cidade, entre elas o cemitério e a mesquita Imã Ali, território sagrado para os xiitas. Segundo correspondentes da BBC, encontram-se dentro cerca de mil seguidores do clérigo desarmados. No entorno, a milícia armada montou um cerco de proteção. Esta por sua vez encontra-se cercada por tropas estadunidenses e tanques de guerra.

O primeiro ministro iraquiano Iyad Allawi deu um ultimato a Al Sadr, exigindo que este desarmasse sua milícia, podendo assim participar legitimamente do processo político de constituição de um novo governo iraquiano. Este por sua vez impunha algumas condições, dentre elas a anistia para todos os seus recrutas e que só irá interromper suas ações depois que as tropas dos Estados Unidos saiam de Najaf.

Frente à pressão causada pela retomada

dos ataques, o presidente dos Estados Unidos, George Bush, se recusou a divulgar um calendário da retirada das tropas da região, cuja presença afirma ser “necessária para a manutenção da ordem e reconstrução democrática do país”. A coalizão tem atuado juntamente com o exército oficial do Iraque na tentativa de conter a investida dos xiitas.

O confronto no Iraque contribuiu também para um aumento do petróleo, que chegou ao patamar dos US\$47 o barril. Os motivos passam pela interrupção por alguns dias das atividades da companhia estatal iraquiana Southern Oil Company por causa da ameaça de Al Sadr; o aumento da demanda da China; a explosão de uma refinaria no estado de Indiana – EUA; e as conturbações políticas na Venezuela. Além disso, a expectativa de um aumento da taxa de juros básica definida pelo FED – Banco Central dos EUA, nos dias que antecederam 11 de agosto, quando o FED aumentou a taxa para 1,5% ao ano.

Concomitante às hostilidades, iraquianos foram às ruas de Nassiriah e protestaram contra o governo de Allawi, pedindo sua retirada e alegando que este estaria ligado aos interesses do governo dos Estados



Unidos. Tal fato dividiu as opiniões dentro do governo iraquiano: o vice-presidente Ibrahim Al Jaafari pediu uma retirada das tropas estadunidenses de Najaf, de forma a pacificar a cidade, ressaltando sua importância para os xiitas.

Diferentes jornais árabes trouxeram em seu editorial manifestações contra os Estados Unidos e o governo iraquiano. Afirmam que a coalizão estaria tentando causar um racha entre sunitas e xiitas, entre o Irã e o governo iraquiano. Indicam um possível enfraquecimento do governo caso ataquem a mesquita e chegam ainda a cogitar Israel como uma terceira parte interessada nos confrontos. Acreditam que Al Sadr é um defensor dos valores e princípios da crença muçulmana.

O elemento determinante para o fim das hostilidades foi o retorno ao Iraque de um dos maiores líderes xiitas, o aiatolá Ali Al Sistani, que estava em Londres para um cirurgia cardíaca. Sistani convoca a população do Iraque para uma marcha até Najaf com o intuito de apaziguar o conflito. Enviados do aiatolá entram em negociação com Al Sadr, que aceita um cessar fogo após ter as garantias do governo do Iraque e do exército estadunidense de recuo e anistia para si e para sua milícia. Esta se retirou da mesquita entregando suas armas e trocando suas roupas de guerrilheiros por de civis. Para tal, as tropas dos Estados Unidos e do Iraque abriram o cerco.

Analistas exploram sobre a atual fragilidade do governo de Allawi por causa de sua dificuldade em articular ações mais coercitivas sobre os insurgentes. Por outro lado, Al Sadr teve que se render e dismantelar sua milícia, porém pode agora participar legitimamente do processo de constituição política iraquiana, conforme assegurado por Allawi.

Referência

[Al Jazeera](#)

[BBC News](#)

[Folha de São Paulo](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Layla Dawood; Leticia Carvalho; Vinícius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>